

Sammy

Notas e Informações

O recuo do presidente

Há brasileiros que, conscientes da gravidade da situação institucional, se esforçam por encontrar razões que os motivem a apoiar o governo Sarney. Esse esforço, porém, só poderá frutificar se o presidente José Sarney não vacilar em suas posições. Infelizmente, s. exa. parece não se dar conta de que deve fazer sua parte neste acordo tácito. Se o presidente só dá motivos para não receber apoio, como espera ter o suporte que reclama?

Há dias, resistindo às pressões dos grevistas, o chefe de governo recebeu o apoio reputado necessário para que os serviços da Petrobrás fossem restabelecidos. Idêntica postura dá sustentação ao governo em seus esforços para pôr termo à greve na CSN. Da mesma maneira, não faltou quem desse apoio ao sr. José Sarney quando os governadores de Minas e São Paulo lançaram a luva, desafiando o Executivo federal na questão do pagamento da dívida que Estados e Municípios têm com a União (em consequência, ressalte-se, de o Tesouro Nacional haver saldado dívidas externas não honradas por Estados e Municípios). Agora, até mesmo esses não podem deixar de perguntar-se: que pretende o presidente da República? Pior ainda, indagam-se se há governo em Brasília.

A questão, por dramática que seja — *Há governo no Brasil?* — é suscitada pelos fatos, não por mero exercício de especulação. Que outra coisa podem pensar os brasileiros ao tomar ciência, atônitos, de que um assessor do ministro da Fazenda (não se sabe se com conhecimento ou não do sr. Mailson da Nóbrega) havia levado ao Congresso sugestão sobre o aumento do salário mínimo, da qual o chefe do governo não tinha notícia? Não fosse um dos subchefes do Gabinete Civil haver-se empenhado em desfazer o equívoco, e a estas

alturas o sr. José Sarney seria responsável por proposta de um simples assessor, encaminhada ao Congresso Nacional sem seu conhecimento. O caso é grave, não em si, mas pelo que representa: quando um assessor se decide a este gesto extremo é porque ou não confia no seu chefe, ou desconfia do presidente, ou então sabe que a entropia atingiu o sistema governamental a tal ponto que ninguém iria notar que se tratava de iniciativa sua, exclusivamente sua...

Talvez o assessor não esteja longe da realidade. É que, de tanto observar as marchas e contramarchas do presidente da República em seus desentendimentos com o Congresso e os governadores, deve ter chegado à conclusão de que o sr. José Sarney não resiste a uma pressão muito forte do setor político, especialmente se ela vier recomendada como "social". Ora, leal assessor, deve ter achado que a Nação não poderia suportar a aprovação de um possível aumento brutal do salário mínimo... Ante o dilema — ver a economia ainda mais desestruturada ou passar por cima da hierarquia —, não titubeou e resolveu formular sua própria proposta para um aumento, sacrificando-se pelo País, Ou imaginou fazê-lo, confiando na sorte. Perdeu.

Perdeu porque é assessor. Se fosse o presidente, não teria perdido. No mesmo dia, coincidentemente, o presidente da República fez com os ministros da Fazenda e do Planejamento o que o assessor fizera com os srs. Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu. Os dois ministros têm-se esfaldado na luta contra os governadores e prefeitos que não querem pagar o que devem, pretextando falência iminente e tratamento desigual (os credores externos, alegam eles, erradamente segundo o Executivo federal, deram à União

prazos que ela não repassa aos que lhe devem). O combate tem sido áspero, tão duro que os governadores do PMDB insistem em que se deve romper com o governo federal e jogar sobre o sr. José Sarney a responsabilidade pela interrupção de obras que garantiriam seu futuro eleitoral. Até anteontem, o presidente apoiou os ministros. Na terça-feira, sem ouvir a opinião técnica deles, tentou um compromisso *à latere* com os devedores. O resultado da ação do sr. José Sarney foi duplamente desastroso: por um lado, desautorou os ministros do Planejamento e da Fazenda numa questão crucial para o saneamento das finanças públicas; por outro, prejudicou São Paulo, pois o Estado bandeirante será o único obrigado a pagar 25% do que deve, enquanto o Rio de Janeiro pagará apenas 10% e os demais Estados, nada! Na Seplan, cuidou-se de suavizar o golpe desferido pelas costas, dizendo-se que não fora uma proposta, mas apenas "projeções"...

O presidente Sarney não consegue, certamente, suportar a idéia de ter o Congresso e os governadores contra ele — e nesse temor não se dá conta de que já tem os governadores e o Congresso formados contra sua pessoa e sua política ou ausência dela, seria melhor dizer. Na verdade, o presidente comporta-se como um interino à procura de apoio, ainda que para obtê-lo sacrifique a política econômico-financeira e leve o País a situações mais difíceis. Bem pesadas as palavras, deve dizer-se que o sr. José Sarney parece sentir especial prazer em cavar a sepultura da Presidência da República e em afastar de seu governo os poucos brasileiros que sabem ser de seu dever defender a Constituição. O político maranhense não percebeu, até agora, que governa o Brasil. A continuar assim, poder-se-ia perguntar: até quando?